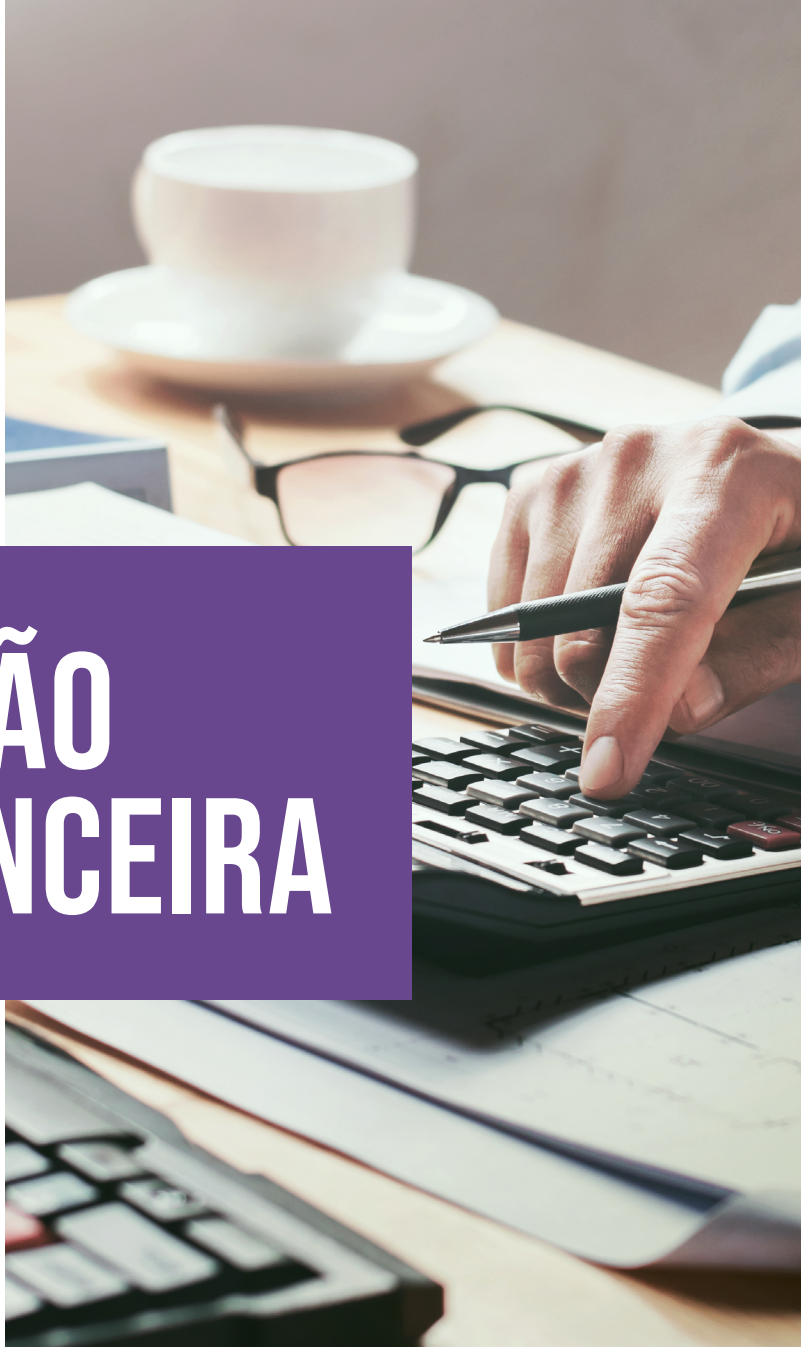




# GESTÃO FINANCEIRA



MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA



## PRBC - PROJETO RODA BEM CAMINHONEIRO

### Caderno de Gestão Financeira

#### AUTOR:

Dr. Charles Carminati de Lima. Graduado em Ciências Contábeis, Mestre em Administração e Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Tec. Antônio Natalino Gonçalves. Tecnólogo em Gestão de Cooperativas. Assessor de Gestão de Cooperativas.

#### REVISÃO TÉCNICA E DE CONTEÚDO:

Hans Cristian Koch – Projeto Roda Bem Caminhoneiro  
Personaliza Marketing e Tecnologia

#### REVISÃO LINGÜÍSTICA E GRAMATICAL:

Nilza Mara Pereira - Licenciada e Mestre em Letras

#### PROJETO GRÁFICO:

Personaliza Marketing e Tecnologia  
Pedro Henrique de Miranda

#### DIAGRAMAÇÃO:

Pedro Henrique de Miranda

#### REVISÃO DIAGRAMAÇÃO:

Carolina Queiroz Alves

#### REVISÃO PARA EAD:

Antonio Moreira Filho - Secretaria de formação UNICAFES

Termo de Colaboração nº 01/2019 – Plataforma + Brasil nº 895503/2019  
Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva  
Ministério da Cidadania

Catálogo e número de registro (Bibliotecária)

ISBN 978-65-84986-00-8

# ÍNDICE



- 04 INTRODUÇÃO**
- 05 UNIDADE 1**  
**DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL NO COOPERATIVISMO**
  - 1.1 Objetivos De Aprendizagem:
  - 1.2 Conceitos Chaves Para Entender A Gestão Financeira
  - 1.3 Exercícios de Fixação
- 11 UNIDADE 2**  
**POLÍTICA NACIONAL DO COOPERATIVISMO E OS ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS**
  - 2.1 Objetivos De Aprendizagem:
  - 2.2 A Cooperativa
  - 2.3 Ato Cooperado
  - 2.4 Exemplos Práticos:
  - 2.5 Exercícios de Fixação
- 19 UNIDADE 3**  
**CLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS, CUSTOS E INVESTIMENTOS NO COOPERATIVISMO**
  - 3.1 Objetivos De Aprendizagem:
  - 3.2 A Classificação De Custos E Despesas
  - 3.3 Exercícios de Fixação
- 28 UNIDADE 4**  
**CONTEXTUALIZAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA**
  - 4.1 Objetivos De Aprendizagem:
  - 4.2 A Gestão Financeira Na Cooperativa
  - 4.3 Exemplos Práticos
  - 4.4. Contabilidade Financeira E Contabilidade Gerencial
  - 4.5 Exercícios de Fixação
- 51 CONCLUSÃO**
- 52 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

# INTRODUÇÃO



Prezado(a) aluno(a), seja bem-vindo(a) ao curso de Gestão Financeira! Neste curso, pretendemos difundir uma visão sobre as bases da organização das cooperativas e habilitar o aluno no processo de construção do conhecimento para utilizar a contabilidade como instrumento de gestão financeira. Gestão financeira é o conjunto de processos, métodos e ações que permitem que uma entidade possa controlar, analisar e planejar suas atividades empresariais e financeiras.

No caso das cooperativas, a gestão financeira está voltada para o melhor retorno de seus cooperados, por meio do aumento de sua renda, ou mediante a redução de riscos e dos custos das atividades que envolvem comercialização, compras, empréstimos, financiamentos e outros serviços similares. Neste curso, você encontrará conceitos e classificações de conteúdos contábeis aplicados ao cotidiano organizacional das cooperativas e, ao final de cada unidade, terão atividades para a fixação do conteúdo.

No decorrer dos seus estudos, você verá tópicos que possuem a finalidade de auxiliar na compreensão do conteúdo. Este curso foi organizado em 4 unidades, com assuntos relacionados às diretrizes do cooperativismo, controle de investimentos, estrutura de capital e os principais gastos financeiros relacionados à atividade cooperativa. Cada conteúdo está dividido, conforme discriminação a seguir:

**Unidade I** – Definição de patrimônio social e estrutura de capital no cooperativismo: nesta unidade, serão tratados os conceitos e a composição de bens, direitos, obrigações e patrimônio social; a equação fundamental do patrimônio e situação líquida; e as características de capital próprio, capital de terceiros, origens e aplicação de recursos.

**Unidade II** – Política Nacional do Cooperativismo e os Atos cooperativos e não cooperativos: serão apresentados os principais aspectos da Lei geral do cooperativismo nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, além da definição e exemplos de atos cooperativos e de atos não cooperativos.

**Unidade III** – Classificação de despesas, custos e investimentos no cooperativismo: serão apresentados a classificação de custos, investimentos e despesas; o reconhecimento dos gastos e noções básicas de custeio por absorção; e a definição e classificação de custos diretos e indiretos.

**Unidade IV** - Contextualização da gestão financeira: nesta unidade, será apresentada a importância e a utilização da contabilidade financeira e da contabilidade gerencial para a gestão financeira, além da utilização dos índices de análise financeira e econômica, como Liquidez, Endividamento e Rentabilidade.

# DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL NO COOPERATIVISMO

## 1.1 OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- **Estudar os conceitos e a composição de bens, direitos, obrigações e patrimônio social.**
- **Reconhecer as características de capital próprio, capital de terceiros, origens e aplicação de recursos.**

Estudaremos sobre: Definição de patrimônio social e estrutura de capital no cooperativismo: nesta unidade, serão tratados os conceitos e a composição de bens, direitos, obrigações e patrimônio social; a equação fundamental do patrimônio e situação líquida; e as características de capital próprio, capital de terceiros, origens e aplicação de recursos.

## 1.2 CONCEITOS CHAVES PARA ENTENDER A GESTÃO FINANCEIRA

Bens, direitos, obrigações e patrimônio social: Na contabilidade, as operações registradas (de acordo com a natureza de cada conta) através de lançamentos ocasionam aumentos e diminuições do ativo, do passivo e do patrimônio líquido. As contas do ativo são debitadas quando bens ou direitos entram no patrimônio e creditadas quando saem. As contas passivas são creditadas quando o patrimônio assume obrigações e debitadas quando as líquida.

O patrimônio líquido social, como complemento do passivo para igualar ao ativo, obedece ao mesmo mecanismo das demais contas passivas, ou seja, suas contas são creditadas quando há aumento de patrimônio e debitadas quando há redução.

O capital próprio: é a parcela de capital disponível para as companhias que advém exclusivamente de seus sócios, acionistas ou, ainda, do lucro obtido de suas operações. O capital próprio é um importante componente para o ponto de vista contábil, uma vez que forma aquilo que se conhece como "patrimônio líquido" da empresa, ou seja, é o capital que ela verdadeiramente detém e que não deve retornar a nenhum credor.

O capital próprio é a chave principal de toda companhia, além de ser um elemento obrigatório do estatuto social, pois é através dele que se dá início ao funcionamento das atividades empresariais, garantindo capital de giro e (principalmente) fôlego para a sua sobrevivência até que o faturamento passe a ser substancial.



Por enfrentarem diversas limitações impostas pelo uso exclusivo do capital próprio é que as companhias (em especial às equipes ligadas à gestão financeira e contábil) passaram a conceber um modelo em que ambos os recursos fossem equilibrados, e foi por isso que surgiu a estrutura de capital.

O capital próprio é composto por sócios e acionistas da empresa, além do próprio saldo positivo de suas operações; o capital de terceiros tem origem nos bancos e nos fornecedores, que oferecem dinheiro através de empréstimos, financiamentos e outras dívidas. O que os diferenciam são as obrigações que geram para o tomador: enquanto, no primeiro, os investidores recebem como uma divisão de lucros; no segundo, o pagamento não depende do desempenho empresarial e deve ser feito com juros.

O capital de terceiros: são os recursos externos que as empresas buscam para financiar suas atividades, a partir de entidades terceiras, como é o caso dos empréstimos.

Na contabilidade, o capital de terceiros é formado por todo o Passivo Exigível. Estes valores constituem as obrigações adquiridas por meio de contratos de crédito e que são reembolsadas aos credores depois de um tempo.

Alguns exemplos de passivos que formam o capital de terceiros, além dos empréstimos, são os financiamentos e as dívidas a fornecedores.

### 3. EXEMPLOS PRÁTICOS

As contas de despesas são debitadas, pois representam redução do patrimônio social líquido, enquanto as contas de receitas são creditadas, pois representam aumento do patrimônio líquido. As contas que representam os elementos ativos e passivos são bens, direitos, obrigações e situação líquida, por exemplo: Caixa, Duplicatas a Receber, Fornecedores, Empréstimos, Capital Social

ATIVO	PASSIVO
+ D – C BENS	- D + C OBRIGAÇÕES
+ D – C DIREITOS	D + C PATRIMÔNIO SOCIAL

As contas que registram as variações patrimoniais e demonstram o resultado do exercício são receitas e despesas, por exemplo: Salários, Juros Passivos, Receitas Financeiras.

No Patrimônio social, estão as contas do capital próprio, ou seja, os

valores que os sócios ou acionistas têm na cooperativa em um determinado momento.

Veja abaixo a representação da estrutura de capital de uma cooperativa, na qual você poderá identificar o Capital Próprio e o Capital de Terceiros da entidade. Essa identificação é muito importante, pois as fontes de recurso utilizadas por uma entidade cooperativa estão relacionadas aos seus capitais próprios e aos de terceiros.



## Resumo do Conteúdo

A partir da figura, podemos compreender que o Capital de Terceiros (Passivo Circulante) e o Capital Próprio (Patrimônio Social Líquido) são as fontes de recurso que financiam os investimentos (Ativo Circulante e Ativo Não Circulante) da entidade cooperativa.

E é por meio do Balanço Patrimonial da entidade que os gestores e cooperados poderão identificar seus valores e garantias.

Então, compreender bem a importância desses grupos patrimoniais dentro do balanço é o primeiro passo para uma boa gestão financeira.

### QUER SABER MAIS?

Segue a sugestão de vídeo sobre Patrimônio Econômico e Gestão Financeira das Cooperativas:

<https://www.youtube.com/watch?v=AmylhzCy9Dk>

# Exercício



**1.** Relacione as colunas de acordo com as contas que compõem a estrutura de capital:

**A. Capital Próprio**

**B. Capital de Terceiros**

- ( ) Fornecedores
- ( ) Lucros (sobras) do exercício
- ( ) Empréstimos de Curto Prazo
- ( ) Financiamentos de Longo Prazo
- ( ) Capital Social Integralizado
- ( ) Juros a Pagar

**2.** Em relação às Origens e Aplicações de recursos, relacione as colunas:

**A. Origens de recurso**

**B. Aplicações de recurso**

- ( ) Passivo Exigível de Curto Prazo
- ( ) Passivo Não Exigível
- ( ) Estoques de Curto Prazo
- ( ) Ativo Não Circulante
- ( ) Ativo Imobilizado – Equipamentos
- ( ) Passivo Exigível Não Circulante
- ( ) Patrimonial Social Líquido



**3.** Das contas a seguir, identifique a que grupo pertencem dentro da estrutura de capital:

**A. Ativo Circulante**

**B. Passivo Circulante**

**C. Ativo Não Circulante**

**D. Passivo Não Circulante**

- ( ) Lucros (sobras) do exercício
- ( ) IRPJ a pagar
- ( ) Equipamentos para produção
- ( ) Mercadorias para revenda
- ( ) CSLL a pagar
- ( ) Insumos para produção
- ( ) Financiamentos a pagar de Longo Prazo
- ( ) Computadores e Periféricos
- ( ) Disponibilidades em Conta Corrente

**4.** Identifique os fatos que influenciam a estrutura de capital com aumentos ou com diminuições:

**A. Aumenta o Ativo Circulante**

**B. Aumenta o Passivo Circulante**

**C. Diminui o Ativo e o Passivo Circulante**

**D. Aumenta o Ativo e o Passivo Circulante**

- ( ) Recebimento de Duplicatas a Receber com Juros
- ( ) Receitas (Ingressos) de Atos Cooperativos à vista
- ( ) Compras de mercadorias a prazo
- ( ) Pagamento de Fornecedores com Juros
- ( ) Receitas (Ingressos) de Atos Cooperativos a prazo
- ( ) Integralização de Capital Social em dinheiro
- ( ) Pagamento de Fornecedores em dia
- ( ) Provisão de obrigações Trabalhistas (salário, férias)
- ( ) Provisão de obrigações Tributárias (ICMS, IRPJ)

**5.** Em relação ao Capital de Terceiros (CT), identifique quais são de curto e de longo prazos:

**A. CT de curto prazo**

**B. CT de longo prazo**

- ( ) Contas a pagar com vencimento em 30 e 60 dias
- ( ) Fornecedores com vencimento para 45 dias
- ( ) Financiamento de imobilizado em 60 parcelas
- ( ) Passivo Circulante Exigível
- ( ) Passivo Não Circulante Exigível
- ( ) Contas a pagar com vencimento em até 24 parcelas
- ( ) Contas a pagar com vencimento superior a 24 parcelas

## POLÍTICA NACIONAL DO COOPERATIVISMO E OS ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

### 2.1 OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- **Estudar a Lei Geral do Cooperativismo nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e suas interpretações técnicas aplicadas à contabilidade.**
- **Discutir e diferenciar o ato cooperativo e o ato não cooperativo.**
- **Conhecer alguns exemplos desses atos.**

O cooperativismo é um sistema socioeconômico pautado na união voluntária de pessoas que se unem para satisfazer objetivos comuns.

O cooperativismo surgiu com a Revolução Industrial (século XIX), pela luta por melhores condições de trabalho e pela melhoria de classes dentro do movimento sindicalista.

#### **Os Princípios do cooperativismo são:**

- 1. Adesão voluntária e livre;**
- 2. Gestão democrática;**
- 3. Participação econômica dos membros;**
- 4. Autonomia e independência;**
- 5. Educação, formação e informação;**
- 6. Intercooperação;**
- 7. Interesse pela comunidade.**

### 2.2 A COOPERATIVA

A cooperativa é o empreendimento econômico de propriedade e sob controle dos seus usuários que realiza a intermediação dos interesses econômicos destes com o mercado e que distribui benefícios e custos em razão da utilização que estes usuários-proprietários fazem dos serviços a eles disponibilizados. As leis que regem o cooperativismo são: a Constituição Federal de 1988, Art.174, §2º; o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) – Capítulo VII – Da Sociedade Cooperativa; e a Lei Geral do Cooperativismo (Lei nº 5.764/1971).

Segundo a Lei nº 5.764/1971, art. 3º: “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I – Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II – Variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III – Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado (...) – 1/3 do total das cotas;
- IV – Incessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V – Singularidade de voto (...);
- VI – Quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII – Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII – Indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX – Neutralidade política e não discriminação religiosa, racial e social.
- X – Prestação de assistência aos associados e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;”

As sociedades cooperativas são classificadas em 3 tipos (graus), segundo o art. 6º:

**I – Singulares (1º grau)**

**II – Cooperativas centrais ou federações (2º grau)**

**III – Confederações de cooperativas (3º grau).**

## 2.3 ATO COPERADO

As atividades praticadas dentro da cooperativa por seus associados são importantes para o bom funcionamento da entidade e são denominadas de atos cooperativos. Ou seja, os associados se servem da cooperativa para acessarem o mercado em condições similares às das empresas prestadoras de serviços. Os atos não cooperativos são aqueles decorrentes de negócios com terceiros (não associados) e ou as operações realizadas pela cooperativa fora de seus objetivos sociais.



Os atos cooperativos acontecem quando um cooperado entrega a sua produção à cooperativa da qual faz parte, isso não caracteriza uma operação mercantil, de compra e venda, pois este produtor é um dos sócios da cooperativa e, como tal, é um dos elementos que a constitui.

Da mesma forma, quando uma cooperativa de transporte repassa aos cooperados insumos que ela adquiriu no mercado, não há uma operação de compra e venda, já que o repasse está sendo feito para alguém que faz parte do quadro social da cooperativa, satisfazendo os seus objetivos sociais, isto é, atendendo aos objetivos para os quais a cooperativa foi criada.

Algo semelhante ocorre quando duas cooperativas associadas, integrantes, por exemplo, de uma mesma Central ou Federação, realizam trocas entre si, atendendo aos seus objetivos sociais. Tais atos não são considerados mercantis, ou seja, eles não podem ser vistos como operações de mercado e são chamados de atos cooperativos.

**O artigo 48 da Lei 5.764/71 determina que os atos cooperativos sejam aqueles praticados entre a cooperativa e seus associados, bem como pelas cooperativas entre si, quando associadas, na realização de trabalho, serviço ou operação que constitua o objetivo social da cooperativa. Já que a cooperativa não objetiva o lucro, qualquer ato por ela praticado, para ser considerado ato cooperativo, não deve ter o lucro como meta imediata.**

De acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004, as sociedades cooperativas estão obrigadas a constituir, no mínimo, dois fundos, a partir das sobras líquidas do exercício: a) Reserva Legal, que tem a finalidade de reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa, sendo constituída de, pelo menos, 10% das sobras líquidas do exercício. Na hipótese de a cooperativa apurar prejuízo, este será coberto com recursos provenientes do fundo de reservas. b) Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social

(RATES), que objetiva prestar assistência aos associados e a seus familiares e, quando previsto em estatuto, aos funcionários da cooperativa. É constituído por pelo menos 5% do resultado dos atos cooperativos e por 100% do resultado positivo dos atos não cooperativos. Nesse fundo, são captados os recursos que devem servir para a promoção da educação e a capacitação cooperativas.

Os atos não cooperativos ocorrem quando a cooperativa realiza operações com terceiros. Ou seja, atividades decorrentes de negócios com não associados e/ou operações realizadas fora de seus objetivos sociais. Trata-se de uma operação mercantil, passível de ser plenamente tributada. Então, esse tipo de operação é considerado um ato não cooperativo.

## 2.4 EXEMPLOS PRÁTICOS



Como o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadorias, sobre ele não devem incidir impostos. Para ficar mais claro, citamos alguns exemplos de atos cooperativos:

- a) A entrega de produtos dos associados à cooperativa para a comercialização, bem como os repasses financeiros efetuados pela cooperativa aos seus associados, decorrentes dessa comercialização.
- b) O fornecimento pela cooperativa de bens e mercadorias aos seus associados, desde que vinculados à atividade econômica do associado e relacionados com o objetivo para o qual a cooperativa foi criada.
- c) O Resultado das Operações do Ato Cooperativo, quando positivo, é excluído da tributação para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Quando negativo, deve ser adicionado ao resultado do exercício para a apuração do resultado tributável.

Portanto, os atos não cooperativos são os realizados pela cooperativa com terceiros não associados. Como tais, estão inseridos no mercado, gerando a incidência de tributos. A Lei 5.764/71, em seus artigos 85, 86 e 88, traz exemplos de atos não cooperativos:

- a) A comercialização ou industrialização, pelas cooperativas (...), de produtos adquiridos de não associados (...), para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou para suprir capacidade ociosa de suas instalações industriais.
- b) Fornecimento de bens ou serviços a não associados, para atender aos objetivos sociais.

- c) Participação em sociedades não cooperativas, públicas ou privadas, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares.
- d) As aplicações financeiras.
- e) A contratação de bens e serviços de terceiros não associados.

A seguir, uma ilustração sobre as diferenças na apuração do resultado do exercício da entidade cooperativa no que se refere aos atos cooperativos e não cooperativos:



Fonte: Jochem (2020)

## Resumo do conteúdo

A figura acima é importante porque nos ajuda a compreender melhor as diferenças previstas na Lei 5.764, de 16/12/1971, sobre a apuração dos atos cooperativos e dos atos não cooperativos dentro de uma entidade cooperativa.

Então, como conclusão desse assunto, podemos entender que, independentemente do ramo da cooperativa,

os atos cooperativos sempre estarão ligados com a atividade principal dos associados e da entidade, e essas atividades serão isentas de imposto de renda e contribuição social.

Já os atos não cooperativos também são permitidos, contudo, não estarão relacionados com a atividade principal da cooperativa e de seus associados, e os resultados positivos dessas atividades sofrerão tributação de imposto de renda e contribuição social.



### QUER SABER MAIS?

Segue a sugestão de vídeo sobre Cooperativas e Controle:

<https://www.youtube.com/watch?v=QPOeDzm58s8>

## Exercício



**1.** Em relação aos direitos e deveres de uma cooperativa, marque V e F para as sentenças.

**A. Verdadeiro**

**B. Falso**

- ( ) Em uma cooperativa, os associados possuem direitos e deveres, que precisam ser entendidos de forma articulada, para o perfeito funcionamento da entidade.
- ( ) Em uma cooperativa, nem todos os associados podem participar das assembleias, já que aqueles que possuem menor capital estão excluídos das decisões.
- ( ) Embora sejam proprietários e usuários da cooperativa, os associados não podem fiscalizá-la; isso é atividade exclusiva do conselho fiscal.
- ( ) Convocar a Assembleia Geral é um direito exclusivo dos diretores de uma cooperativa. Os sócios não podem fazer essa convocação.
- ( ) Uma cooperativa deve preocupar-se somente com a educação de seus associados, esperando que eles mesmos busquem sua capacitação.

**2.** No que se refere aos ATOS NÃO COOPERATIVOS, relacione as colunas:

**A. Correto**

**B. Incorreto**

- ( ) Aplicações financeiras.
- ( ) Fornecimento de bens ou serviços a não associados, para atender aos objetivos sociais.
- ( ) Contratação de bens e serviços de terceiros não associados.
- ( ) Participação em sociedades não cooperativas, públicas ou privadas, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares.
- ( ) Comercialização ou industrialização pelas cooperativas de produtos adquiridos de não associados para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou para suprir capacidade ociosa de suas instalações industriais.
- ( ) As cooperativas pagam Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os atos não cooperativos.
- ( ) Repasses financeiros efetuados pela cooperativa aos seus associados.



**3.** Em relação ao cooperativismo, marque V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas.

**A. Verdadeiro**

**B. Falso**

- ( ) Em uma cooperativa, a educação e a capacitação cooperativas devem ser praticadas de modo equilibrado, para o perfeito funcionamento da entidade.
- ( ) A educação cooperativa está associada aos valores e princípios do cooperativismo.
- ( ) A capacitação cooperativa está associada à formação gerencial e técnica dos associados, para que eles possam desenvolver perfeitamente suas atividades econômicas e administrar corretamente a cooperativa.
- ( ) Apesar de a cooperativa ser também uma empresa, ela não precisa se preocupar em ser empreendedora.
- ( ) Para que um líder possa atuar no contexto do cooperativismo, precisa saber ouvir e respeitar os princípios democráticos e igualitários presentes nas cooperativas.

**4.** No que se refere aos ATOS COOPERATIVOS, relacione as colunas:

**A. Correto**

**B. Incorreto**

- ( ) Aplicações financeiras e a contratação de bens e serviços de terceiros não associados.
- ( ) Fornecimento de bens ou serviços a não associados, para atender aos objetivos sociais e a participação em sociedades não cooperativas.
- ( ) Entrega de produtos dos associados à cooperativa para a comercialização.
- ( ) Fornecimento pela cooperativa de bens e mercadorias aos seus associados, desde que vinculados à atividade econômica do associado e relacionados com o objetivo para o qual a cooperativa foi criada.
- ( ) Repasses financeiros efetuados pela cooperativa aos seus associados, decorrentes do processo de comercialização.
- ( ) O Resultado das Operações do ato cooperativo, quando positivo, é excluído da tributação para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social.

**5.** De acordo com o art. 28 da Lei 5.764/71, uma cooperativa deve possuir dois fundos obrigatórios:

**A. Fundo de Reservas**

**B. Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES)**

- Serve para que se possam cobrir possíveis perdas financeiras ocorridas na entidade.
- Destina-se a prestar assistência técnica, educacional e mesmo social aos cooperados e seus familiares.
- Pode também atender os funcionários da cooperativa, se isso for permitido pelo Estatuto Social.
- Constituído de pelo menos 10% das sobras líquidas do exercício.
- Constituído de pelo menos 5% do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos.
- Investimento na capacitação e atualização técnica.
- Promoção de cursos, seminários e congressos aos associados, seus familiares e aos empregados da cooperativa.
- Na hipótese de a cooperativa apurar prejuízo, este fundo auxiliará na cobertura de capital por meio de seus recursos.

## CLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS, CUSTOS E INVESTIMENTOS NO COOPERATIVISMO

### 3.1 OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- **Estudar a classificação de custos, investimentos e despesas no cooperativismo.**
- **Conhecer as noções básicas de custeio por absorção e a classificação de custos diretos e indiretos.**

À primeira vista, estes termos parecem sinônimos, mas entender a diferença entre custos e despesas é fundamental para o gerenciamento do seu negócio.

Esse conhecimento vai ajudar você a entender corretamente os relatórios, além de auxiliar na leitura de indicadores importantes no acompanhamento da gestão financeira da sua cooperativa.

### 3.2 A CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS

Custos, despesas e investimentos no cooperativismo: Tanto os custos quanto as despesas representam os gastos da cooperativa. Ou seja, compõem os desembolsos de recursos que a entidade faz. Porém, estes termos são utilizados para referenciar coisas diferentes. Podemos dizer que uma cooperativa possui 3 tipos de gastos principais.

**São eles:**

**Custos;**

**Despesas;**

**Investimentos;**

É importante você saber que esses conceitos não são fixos em relação a todos os tipos de organização empresarial. Dependendo do ramo e da atividade que ela exerce, essas definições podem mudar.

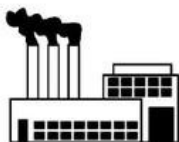
Ou seja, o que é custo para uma determinada entidade, para outra, pode representar uma despesa.

No que se refere às cooperativas de modo geral, os custos e as despesas estão diretamente relacionados à atividade de produção e de consumo dessas atividades.

No caso das cooperativas de transporte, os principais gastos desse gênero estão relacionados a: Combustíveis e Lubrificantes, Depreciações, Manutenções e Conservações, Pedágios, Prêmios de Seguros de Carga, Serviços de Terceiros PF, Serviços de Terceiros PJ, Taxas Aduaneiras, Telefones, Uniformes e Materiais de Segurança, Viagens e Estadias, entre outros.

Normalmente, os custos e as despesas (que são os gastos principais) são classificados da seguinte forma:

## CUSTOS



- Matéria-prima
- Mão-de-obra (direta ou indireta)
- Depreciação de máquinas
- Energia Elétrica
- Água

## DESPESAS



- Salários da Administração
- Honorários da Diretoria
- Material de escritório
- Comissão de vendedores
- Propaganda e publicidade



**Custo:** a definição de custo foi firmada pelo pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), que definiu custo como **sendo a soma dos gastos incorridos e necessários para a aquisição, conversão e outros procedimentos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais, e compreende todos os gastos incorridos na sua aquisição ou produção, de modo a colocá-los em condições de serem vendidos, transformados e utilizados na elaboração de produtos ou na prestação de serviços que façam parte do objeto social da entidade, ou realizados de qualquer outra forma.**

Simplificando: custos são os gastos necessários para executar a principal atividade de uma empresa. E, geralmente, aparecem atrelados à linha de produção. São exemplos de custos:

- Gastos com matéria-prima;
- Energia elétrica utilizada na produção;
- Salário dos colaboradores envolvidos na produção;
- Equipamentos e ferramentas utilizados nos processos de produção.

Imagine, por exemplo, uma cooperativa de produção que, entre suas atividades, tenha uma padaria. Seu principal produto é o pãozinho francês. A farinha de trigo é um ingrediente extremamente necessário para a produção do pão. Logo, a aquisição da farinha é um custo. O salário do padeiro também é um custo. A energia elétrica gasta no processo de produção do pão também é um custo de produção.



**As despesas:** a despesa é um gasto necessário e que, normalmente, está ligado à geração de receita para a cooperativa. Mas, diferente do custo, ele não está **atrelado à sua linha de produção. A despesa aparece no orçamento de forma secundária.**

Se utilizarmos como exemplo uma cooperativa de transporte, os gastos com pessoal administrativo e internet serão exemplos de despesas.

Porque, sem estes gastos, ainda é possível seguir com a atividade principal da entidade.

São exemplos de despesas:

- **Aluguel;**
- **Internet;**
- **Telefone;**
- **Uniformes e Materiais de Segurança;**
- **Materiais que não sejam insumo (como materiais de escritório);**
- **Pró-labore;**
- **Comissão de vendedores;**
- **Impostos;**
- **Salários de funcionários que não trabalham na administração;**
- **Viagens e Estadias, entre outros.**



**Os investimentos:** são aqueles gastos responsáveis por **ampliar a lucratividade da cooperativa no futuro, através da aquisição de bens ou de uma melhora no serviço como um todo.**

O objetivo dos investimentos é obter retorno financeiro.

São exemplos de investimentos:

- a) Empréstimo para capital de giro;
- b) Compra de veículos para uso na cooperativa;
- c) Móveis e utensílios;
- d) Equipamentos para a produção, etc.

Uma dica importante para entender a função dos investimentos é questionar se tal gasto irá agregar valor futuro na cooperativa. Ou seja, trata-se de uma melhoria apenas para aquele momento ou não? Se a resposta for SIM, esse gasto será classificado como investimento.

## 2.3 SUBCONTAS DE CUSTOS

**O custeio por absorção** - custos diretos e indiretos: O custeio por absorção, também chamado custeio integral, ou custo integral, **é aquele que faz debitar ao custo dos produtos todos os custos da área de fabricação**, sejam esses custos definidos como custos diretos ou indiretos, fixos ou variáveis, de estrutura ou operacionais.

Custeio por Absorção é um processo de apuração de custos, cujo objetivo é ratear todos os seus elementos (diretos e indiretos) em cada fase da produção. Assim, a distinção principal no custeio por absorção é entre o custo e as despesas.

O custeio por absorção considera todos os custos: diretos e indiretos. O controle desses custos exige um critério para o rateio dos produtos, podendo ser levado em consideração o volume de produção, o tempo investido para cada produto ou até mesmo a proporção de custo variável das mercadorias.

**Custo direto é aquele que pode ser diretamente atribuído a um produto ou serviço.** Ou seja, é aquele custo que não precisa de nenhum critério para ser apropriado, ele possui um valor ou uma proporção predefinida.

**Custo indireto, por sua vez, é aquele que demanda algum critério de apropriação ao produto.** Ou seja, não há uma quantidade específica desse custo que possa ser mensurada ao produto. Isso significa que será necessária alguma métrica específica para vinculação do seu valor ao produto ou serviço.

Esta “métrica” de apropriação dos custos indiretos aos produtos é chamada de critério de rateio. Existem diferentes critérios de rateios e cada entidade encontrará o critério que melhor se enquadra às suas realidades e demandas, mas, para que você possa compreender melhor, vamos dar alguns exemplos.

## Exemplos práticos



Para exemplificar custo direto e custo indireto no comércio, conheça a Cooper Confecções, uma cooperativa de produção de camisetas e bermudas para revenda. A entidade possui um único funcionário: um vendedor. O custo da camiseta é um custo direto, tendo em vista que é possível atribuir diretamente seu valor ao produto.

Uma camiseta custa R\$ 15,00. O preço de venda pode ser R\$ 30,00; R\$ 40,00 ou R\$ 50,00 reais. Mas você consegue mensurar que apenas uma camiseta custou, para a cooperativa, R\$ 15,00. Ou seja, você consegue mensurar exatamente o custo de uma bermuda (custo direto).

Já a mão de obra não é tão fácil assim. Ela será um custo indireto. Imagine que João é funcionário da entidade e seu salário é de R\$ 2.500,00. Você consegue dizer quanto desses R\$ 2.500,00 refere-se a uma camiseta e quanto desse salário refere-se a uma bermuda? Não, né?! Principalmente, porque não é possível saber quantas bermudas ou quantas camisetas serão vendidas em um mês.

Nestes casos, a cooperativa estabelece um critério de rateio, que pode ser, por exemplo, a proporção dos custos dos produtos. Veja: uma camiseta custa R\$ 15,00 e uma bermuda custa R\$ 35,00. O total do custo do produto da entidade é de R\$ 50,00, sendo que 30% refere-se à camiseta e 70% à bermuda.

Então, rateio é uma divisão proporcional por uma base que tenha dados conhecidos em cada uma das funções em que se deseja apurar os custos de produção. O rateio por Custos Indiretos é um método em que se aplicam parcelas proporcionais dos custos indiretos no valor de cada produto da entidade. É um processo que exige atenção para que os cálculos não sejam feitos de forma incorreta.

## Resumo do Conteúdo

Como você viu, cada um desses gastos têm uma finalidade diferente.

Como mencionamos, no início deste conteúdo, a principal vantagem em saber diferenciar cada um deles está em conseguir registrar corretamente os seus valores.

Além disso, entender o que significa cada gasto é importante para saber quais destes podem ser reduzidos e também o que precisa de investimento, mesmo em tempos de crise.

Os custos podem ser reduzidos, desde que o produto ou serviço não perca a sua qualidade.

Já as despesas, dependendo da circunstância, podem ser reduzidas sem prejudicar a atividade fim da cooperativa.

No caso de uma crise, por exemplo, optar por cortar os custos com a publicidade não interfere na execução do serviço ou na produção.

Já no caso dos investimentos, é tido como algo mais sensível no sentido de que esses gastos podem ser necessários e essenciais para a produção ou execução do serviço.

Então, os gastos com investimentos sempre serão necessários para ampliar a atividade da entidade ou garantir maiores retornos futuros. Investe-se agora, para sobrar no futuro.



# Exercício



**1.** Classifique os gastos a seguir como CUSTOS ou DESPESAS:

**A. Custos**

**B. Despesas**

- ( ) Gastos com matéria-prima
- ( ) Gastos com aluguel da cooperativa
- ( ) Ferramentas utilizadas na produção
- ( ) Comissão de vendedores
- ( ) Energia elétrica utilizada na produção
- ( ) Gastos com materiais de escritório
- ( ) Equipamentos utilizados na produção
- ( ) Salários de funcionários no processo produtivo
- ( ) Impostos sobre vendas
- ( ) Propaganda e publicidade

**2.** Classifique os gastos a seguir como DESPESAS ou INVESTIMENTOS:

**A. Despesas**

**B. Investimentos**

- ( ) Gastos com internet
- ( ) Empréstimo para capital de giro
- ( ) Aquisição de equipamentos para a produção
- ( ) Pró-labore
- ( ) Gastos com telefone
- ( ) Gastos com delivery
- ( ) Gastos com estudos de mercado

**3.** Classifique os CUSTOS abaixo em DIRETOS e INDIRETOS:

**A. Custos diretos**

**B. Custos indiretos**

- ( ) Matérias-primas usadas na fabricação do produto
- ( ) Mão de obra indireta
- ( ) Depreciação
- ( ) Seguros
- ( ) Mão de obra direta
- ( ) Materiais indiretos (graxas, lubrificantes, etc.)
- ( ) Serviços subcontratados (produtos ou serviços)
- ( ) Gastos com manutenção de equipamentos

**4.** Sobre a importância do RATEIO, relacione as opções abaixo como corretas e incorretas:

**A. Correto**

**B. Incorreto**

- ( ) Divisão proporcional dos custos de acordo com as demandas.
- ( ) Divide o valor do custo que mais interferiu pelo valor total dos custos indiretos.
- ( ) Em cooperativas de produção, o rateio não é necessário, pois sua aplicação se dá apenas em indústrias de produção.
- ( ) Custeio por absorção e Custeio ABC são exemplos de rateio.
- ( ) O rateio de custos é um método utilizado para separar custos.
- ( ) Divide o valor do custo que mais interferiu pelo valor total dos custos diretos.
- ( ) Permite uma precisão nas análises internas, melhorando a gestão de custos da cooperativa.

**5.** Classifique os gastos a seguir como CUSTOS, DESPESAS e INVESTIMENTOS:

**A. Custos**

**B. Despesas**

**C. Investimentos**

- ( ) Telefone
- ( ) Salário da diretoria da cooperativa
- ( ) Compra de veículos para uso na cooperativa
- ( ) Compra de móveis e utensílios
- ( ) Honorários contábeis
- ( ) Pró-labore
- ( ) Gastos com formação da equipe (cursos)
- ( ) Salário dos colaboradores envolvidos na produção
- ( ) Internet
- ( ) Gastos com entrega
- ( ) Compra de insumos para produção
- ( ) Compra de software para rateio dos custos indiretos da produção
- ( ) Energia elétrica da cooperativa
- ( ) Energia elétrica do processo industrial

## CONTEXUALIZAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA

### 4.1 OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- **Estudar os conceitos e a importância da contabilidade financeira e da contabilidade gerencial para a gestão financeira das entidades cooperativas.**
- **Conhecer os índices de Liquidez, Endividamento e de Rentabilidade.**
- **Contextualizar a utilização desses índices como instrumentos de auxílio na gestão de ativos e passivos voltados à gestão financeira das cooperativas.**

Gestão financeira é um conjunto de procedimentos e ações administrativas vinculados à análise, ao controle e ao planejamento de todas as atividades financeiras e contábeis de uma cooperativa.

De modo geral, enquanto a contabilidade registra as movimentações, é a gestão financeira que faz uma análise mais aprofundada e estratégica sobre essas movimentações e resultados, de modo a permitir que a organização cooperativa atinja seus objetivos previamente definidos.

### 4.2 A GESTÃO FINANCEIRA NA COOPERATIVA

Fazer somente o registro impede que a cooperativa atue de maneira assertiva, mas também é bom lembrar que não existe análise se não houver registro inicial. Por isso, contabilidade e gestão financeira estão intimamente ligadas, já que a atuação de uma é favorecida pela outra.

**Um dos principais motivos para que gestão financeira e contabilidade andem juntas é que essa união aumenta a confiabilidade dos dados.**

Quando apenas as movimentações são analisadas de maneira isolada, não é possível saber com absoluta certeza quais são os resultados de desempenho da entidade.

Da mesma forma, se uma análise financeira é feita sem se basear em dados de movimentação, ela não é totalmente confiável justamente por não ser construída sobre dados concretos, o que significa que seus resultados não correspondem efetivamente à realidade da organização.

Com isso, unir contabilidade e gestão financeira é uma forma de garantir o máximo de confiabilidade para os dados, que serão adquiridos e registrados da maneira adequada.

Então, é importante entender o objetivo da contabilidade com relação ao patrimônio social das organizações cooperativas, iniciando nosso estudo pelo conceito de fatos contábeis e balanço patrimonial.

Fatos contábeis e suas variações: Vamos lá conhecer o que quer dizer esse conceito: fatos contábeis são ocorrências que alteram a composição do patrimônio, seja em seu aspecto qualitativo ou específico, seja em seu aspecto quantitativo ou estático.



**Atos administrativos - são aqueles que ocorrem na empresa e que não provocam alterações no Patrimônio.**

Por exemplo: delegar competência a um empregado para que este desempenhe determinada tarefa; assinatura de contratos de seguros e compra e venda;

avais de títulos etc.

**Fatos administrativos - são aqueles que provocam modificações no Patrimônio, sendo, portanto, objeto de contabilização através das contas Patrimoniais ou das contas de Resultado, podendo ou não alterar o Patrimônio Líquido (Situação Líquida).**

Por exemplo: pagamento de salários, vendas de mercadorias etc. Os fatos administrativos (contábeis) podem ser classificados em três categorias: Permutativos; Modificativos; e mistos ou compostos.

**Fatos permutativos - são os fatos que alteram a composição qualitativa dos elementos que integram o Patrimônio, sem, no entanto, afetar sua substância líquida.**

### 4.3 EXEMPLOS PRÁTICOS

a) Investimento inicial, com integralização de capital em dinheiro no valor de R\$ 400.000,00.

#### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
BENS		OBRIGAÇÕES	0,00
Dinheiro (Disponível)	400.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	400.000,00
TOTAL	400.000,00	TOTAL	400.000,00

b) Compra de um terreno à vista por R\$ 100.000,00.

#### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
BENS		OBRIGAÇÕES	0,00
Dinheiro (Disponível)	300.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Terrenos	100.000,00	Capital Social	400.000,00
TOTAL	400.000,00	TOTAL	400.000,00

Conforme pode ser observado, o fato contábil acima evidenciado mostra claramente que ocorreu uma PERMUTA entre contas, sem reflexo na Situação Líquida. Em outras palavras, o fato mostra que o item "dinheiro" foi reduzido em R\$ 100.000,00 e, em seu lugar, houve um aumento no mesmo valor no item patrimonial "terrenos". Dessa forma, pode-se inferir que a transação ocorrida provocou apenas uma PERMUTA do item "dinheiro" pelo item "terrenos" no mesmo valor ficando inalterada a Situação Líquida.

Fatos modificativos: compreendem os "fatos" que alteram a composição do Patrimônio e modificam para mais (Modificativos – Aumentativos) ou para menos (Modificativos – Diminutivos) a Situação Patrimonial Líquida.

c) Pagamento de uma despesa, à vista, no valor de R\$ 20.000,00.

#### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
BENS		OBRIGAÇÕES	0,00
Dinheiro (Disponível)	280.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Terrenos	100.000,00	Capital Social	400.000,00
		(-) Despesas realizadas	(20.000,00)
TOTAL	380.000,00	TOTAL	380.000,00

**Da análise desse fato, denota-se que ocorreu uma redução do elemento "dinheiro" no montante de R\$ 20.000,00, acompanhada de uma redução, no mesmo valor, da Situação Líquida do Patrimônio. Isto significa dizer que o Patrimônio Líquido foi modificado para menos, em R\$ 20.000,00.**

**Fatos mistos ou compostos:** denominam-se fatos Mistos ou Compostos os que permutam os elementos que compõem o Patrimônio de uma determinada entidade contábil, ao mesmo tempo em que modificam a sua Situação Patrimonial Líquida, ou seu Patrimônio Líquido.

d) Venda à vista, por R \$150.000,00, do terreno adquirido por R \$100.000,00.

#### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
BENS		OBRIGAÇÕES	0,00
Dinheiro (Disponível)	430.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	400.000,00
		(-) Despesas realizadas	(20.000,00)
		+ Lucro na Venda Terreno	50.000,00
TOTAL	430.000,00	TOTAL	430.000,00

Conforme pode ser observado, ao mesmo tempo em que se permuta R\$ 100.000,00 da conta terrenos por R\$ (100.000,00 em dinheiro representado pela conta caixa (FATO PERMUTATIVO), ocorre uma modificação na Situação Líquida Patrimonial de R\$ 50.000,00 (FATO MODIFICATIVO) representada por acréscimo de dinheiro em montante igual à diferença entre o preço de venda e o preço de compra do terreno vendido nesta oportunidade (R\$ 50.000,00).



## 4.4. CONTABILIDADE FINANCEIRA E CONTABILIDADE GERENCIAL

**A contabilidade financeira é orientada para a criação de demonstrações financeiras, que são distribuídas dentro e fora de uma organização cooperativa.**

**A contabilidade gerencial está mais preocupada com relatórios operacionais, que são distribuídos apenas dentro de uma cooperativa.**

A contabilidade financeira foca na preparação das demonstrações financeiras como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração do fluxo de caixa.

Estas demonstrações financeiras auxiliam a administração a ver como uma organização cooperativa está se saindo financeiramente.





**A contabilidade gerencial é focada em auxiliar na gestão das atividades da cooperativa, fornecendo uma base para que a administração tome decisões lógicas e informadas, sendo muito mais ampla do que a contabilidade financeira.**

Neste sentido, para que a contabilidade gerencial possa contribuir com as informações geradas para a gestão financeira é importante estudar como são classificadas as contas patrimoniais e as contas de resultado dentro da contabilidade.

Contas: É o nome através do qual representamos um ou mais elementos do Patrimônio. Do ponto de vista técnico, pode-se definir Conta como sendo o nome dado aos componentes patrimoniais (Bens, Direitos, Obrigações e Patrimônio Líquido) e aos elementos de resultado (Despesas e Receitas).

Classificação das Contas: As contas podem ser classificadas de acordo com vários critérios. Entretanto, aquele que nos interessa é o que classifica em dois grupos (teoria patrimonialista): Contas patrimoniais e de resultado.

Contas Patrimoniais: São as contas que representam os Bens, os Direitos, as Obrigações e o Patrimônio Líquido. Divide-se em Ativas e Passivas e são elas que representam o Patrimônio da empresa num dado momento, através do Balanço Patrimonial.

Veja:

PATRIMÔNIO			
ATIVO		PASSIVO	
Bens		Obrigações	
Caixa	18	Fornecedores	8
Móveis	27	Impostos a Recolher	1
		Aluguéis a Pagar	2
Direitos		Salários a Pagar	4
Clientes	20	Patrimônio Líquido	
		Capital	50
TOTAL	65	TOTAL	65

Contas de Resultados: São aquelas que representam os aumentos ou reduções da SITUAÇÃO LÍQUIDA.

Aparecem durante o exercício social, encerrando-se no final deste. Não

fazem parte do Balanço Patrimonial, mas permitem apurar o resultado do exercício.

As Contas de Resultado são aquelas que representam as Despesas e as Receitas:

- a) Despesas: decorrem do consumo de bens e da utilização de serviços. Por exemplo: energia elétrica, gás, telefone, materiais de limpeza (consumidos).
- b) Receitas: decorrem das vendas de bens e da prestação de serviços. Existem em número menor que as despesas, sendo as mais comuns representadas pelas seguintes contas: Vendas, Receitas de Serviços, Descontos Obtidos, Aluguéis Ativos e Juros Ativos.

De modo geral, nas atividades cooperativas, as contas de resultados possuem nomenclaturas apropriadas às atividades:

As Receitas são denominadas de Ingressos: são os aumentos de benefícios econômicos registrados durante um determinado período, também denominadas de entradas de recursos, aumentos de ativos ou diminuição de passivos, decorrentes de atos não cooperativos.

As Despesas são denominadas de Dispendios: são os decréscimos nos benefícios econômicos registrados durante um determinado período, também denominadas de saídas de recursos, redução de ativos ou aumentos de passivos, decorrentes de atos não cooperativos.

Os registros dos lançamentos serão sempre realizados a débito ou a crédito das contas do ativo, do passivo e do Patrimônio líquido. Na prática, não é possível preparar um balanço após cada operação, porque elas se sucedem a cada instante, ocasionando aumentos e diminuições no ativo, no passivo e no Patrimônio líquido.

Graficamente, isso pode ser representado por "Razonete em T":

<b>RAZONETE</b>	
Débito Positivo Ativo	Crédito Negativo Passivo

No lado esquerdo do "T" estarão relacionados os lançamentos a débito, e do lado direito, os lançamentos a crédito.

A diferença entre o total de débito e o total de crédito feitos em uma conta será chamada de saldo.

Se o valor dos débitos for superior ao valor dos créditos, a conta terá um saldo devedor.

Se acontecer o contrário, a conta terá um saldo credor.

Para identificar melhor a Conta debitada e a Conta creditada, observe o quadro a seguir:

#### **Para elementos Patrimoniais**

Toda vez que aumentar o Ativo, debitar a respectiva Conta.

Toda vez que diminuir o Ativo, creditar a respectiva Conta.

Toda vez que aumentar o Passivo, creditar a respectiva Conta.

Toda vez que diminuir o Passivo, debitar a respectiva Conta.

#### **Para os elementos de Resultado**

Toda vez que ocorrer uma Despesa, debitar a respectiva Conta.

Toda vez que ocorrer uma Receita, creditar a respectiva Conta.

1) Para aumentar o saldo das contas no Ativo, temos de fazer lançamentos a débito.

Isso porque as contas do Ativo apresentam saldo devedor. Perceba que “saldo devedor”, em termos contábeis, significa que o saldo remanescente está do lado do débito e não do crédito.

Não podemos confundir com saldo devedor em conta corrente. Por outro lado, para diminuir o saldo das contas do Ativo, faremos lançamentos a crédito.

2) As contas do Passivo e do Patrimônio Líquido apresentam saldo credor. Isso quer dizer que, para aumentá-las, faremos lançamentos a crédito e, para diminuí-las, a débito.

As partidas dobradas é o método de escrituração contábil usado universalmente. O princípio do método é que não há débito sem crédito e vice-versa.

Os lançamentos contábeis podem ser efetuados em uma ou mais contas, contanto que a soma dos débitos seja igual à soma dos créditos.

VEÍCULOS		CAIXAS	
ENTRADA:	SAÍDA:	ENTRADA:	SAÍDA:
80.000,00	80.000,00	10.000,00	5.000,00
SALDO:		SALDO:	
ZERO		5.000,00	

### Balancete de Verificação:

O Balancete de Verificação é o relacionamento de todas as contas da contabilidade de uma entidade que apresenta saldo devedor ou credor.

Quando isso não ocorre, é um erro em alguma conta. Daí a razão do nome balancete de verificação, pois serve para verificar se todos os lançamentos foram feitos de forma correta.

O procedimento mais usual é o de preparar balancetes mensais. Portanto o balancete tem a função de auxiliar o controle correto dos lançamentos, e é através dele que passa a ser elaborado o Balanço Patrimonial.

### Balancete Simplificado

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Caixa	10.000,00	
Duplicata a Receber	2.000,00	
Veículos	1.000,00	
Imóveis	4.000,00	
Capital		15.000,00
Duplicata a Pagar		2.000,00
TOTAL	17.000,00	17.000,00



Existem, ainda, além do apresentado abaixo, outros tipos de balancete, ou seja, de duas, quatro, seis, oito colunas, nas quais aparecem os saldos, dependendo da forma como estes são apresentados.

Contas	Devedores	Credores
Caixa	5.550	-
Bancos c/ Movimento	10.000	-
Aplicações Financeiras	120.000	-
Clientes	600.000	-
Estoques de Mercadorias	355.000	-
Marcas e Patentes	500.000	-
Terrenos	2.600.000	-
Móveis e Utensílios	250.000	-
Fornecedores	-	150.000
INSS a Pagar	-	50.000
IR a Pagar	-	70.000
Contas a Pagar	-	100.000
Capital Social	-	2.450.000
Receitas de Vendas de Mercadorias	-	4.550.000
Despesas com Salários	1.050.000	-
Despesas com FGTS	220.000	-

Despesas com INSS	370.000	-
Despesas com Vendas	292.000	-
Despesas com Reforma de Prédio	68.050	-
Despesas com Aluguéis e Condomínios	550.450	-
Despesas com Água, Luz e Telefone.	150.000	-
Despesas com Transporte	75.000	-
Despesas com Material de Escritório	303.950	-
Despesas com Impostos e Taxas	50.000	-
Despesas Financeiras	100.000	-
Receitas Financeiras	-	350.000
Despesas com Propaganda	50.000	-
TOTAL	7.720.000	7.720.000

Índices de análise financeira e econômica: liquidez, endividamento e rentabilidade: A análise financeira pode transformar-se num poderoso “painel de controle” da administração. Para isso, é necessário que a contabilidade da entidade cooperativa seja mantida com esmero a fim de demonstrar a real situação patrimonial da entidade.

**A análise financeira de balanços por índices surgiu por motivos eminentemente práticos e mostrou-se desde logo instrumento de grande utilidade.**

Índice é a relação entre as contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, que visa a evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma organização.

É uma fórmula matemática que nos auxilia na avaliação do desempenho de uma entidade.

Por fim, a característica principal dos índices é fornecer uma visão ampla da situação econômica e financeira da cooperativa, entretanto, o analista não se pode limitar apenas a estas informações, uma vez que os índices correspondem, em média, a 25% do total de informações necessárias.

**Observação importante:** Para efeitos de análise, algumas contas patrimoniais devem ser reclassificadas para melhor representar as aplicações e as origens dos recursos informados no balanço patrimonial.

São exemplos delas:

**Duplicatas descontadas:** essa é uma conta redutora de duplicatas a receber (Clientes). Tem a característica de uma obrigação financeira, pois em caso de o cliente não liquidar a duplicata no vencimento, a entidade deverá saldá-la junto à instituição financeira (banco) que lhe havia adiantado o valor. Por esse motivo, poderá reclassificá-la no Passivo Circulante.

Despesas de exercício seguinte e Despesas de Exercícios Futuros: Representam despesas pagas antecipadamente que afetarão o resultado de próximos exercícios, logo não se transformarão em dinheiro (condição de ativo). Portanto, devem ser reclassificadas para o Patrimônio líquido para fins de análise.

**Resultados de exercícios futuros:** Valores recebidos por antecipação de receitas, deduzidos dos custos pertinentes. Exemplo: aluguéis recebidos antecipadamente. Nesse caso, havendo a possibilidade de devolução, ou seja, desfazer-se o negócio, devem ser reclassificados para Passivo Circulante ou para Passivo Não Circulante, pois podem representar exigibilidades. Poderá também ser reclassificado no Patrimônio Líquido quando considerados recursos da entidade.

Os índices de liquidez mostram a base da situação financeira da organização cooperativa. Os índices de liquidez não são índices do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da entidade.

$$\text{LIQUIDEZ IMEDIATA} = \frac{D}{PC}$$

D:Disponível, PC: Passivo Circulante

É a capacidade que dispomos imediatamente (caixa, bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata) para saldar nossas dívidas de curto prazo.

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

AC: Ativo Circulante, RLP Realizável Longo Prazo

PC: Passivo Circulante, ELP: Exigível Longo Prazo

Este índice serve para detectar a saúde financeira de longo prazo do empreendimento. A liquidez geral é a capacidade que a entidade tem para

saldar suas dívidas a curto prazo e a longo prazo, com recursos já disponíveis no seu ativo circulante e de longo prazo. Mede a habilidade de pagar. Interpretação: Quanto maior, melhor.

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

AC: Ativo Circulante, PC: Passivo Circulante

É a capacidade que a entidade possui em saldar os seus compromissos financeiros e dívidas a curto prazo. Interpretação: Quanto maior, melhor.

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{\text{AC} - \text{E}}{\text{PC}}$$

AC: Ativo Circulante, E: Estoques, PC: Passivo Circulante

É a capacidade de pagamento das dívidas na hipótese extrema de a entidade não conseguir vender nada do seu estoque. Interpretação: Quanto maior, melhor.

$$\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ COM LUCRO:} \frac{\text{AC} + \text{LL}}{\text{PC}}$$

AC: Ativo Circulante, LL: Lucro Líquido, PC: Passivo Circulante

É utilizado nos casos em que a liquidez corrente é menor do que um (1) e tem como objetivo verificar se, com o lucro futuro, a empresa consegue saldar seus compromissos a curto prazo. Interpretação: Quanto maior, melhor.

$$\text{MARGEM DE GARANTIA:} \frac{\text{AT}}{\text{ET}}$$

AT: Ativo Total, ET: Exigível Total



Consiste em avaliar se os ativos da entidade são suficientes para saldar os compromissos financeiros da empresa, na hipótese de liquidação total da organização. É um índice complementar, calculado somente quando os índices de liquidez acusam problemas. Este índice indaga se a entidade, no caso extremo de liquidação ou falência, conseguirá saldar suas dívidas.

Os Índices de Endividamento são índices de muita importância, pois indicam a relação de dependência da entidade com relação a capital de terceiros. Mostram grandes linhas de decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos.

$$\text{ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS SOBRE OS RECURSOS TOTAIS} = \frac{\text{ET}}{\text{ET} + \text{PL}}$$

ET: Exigível total, PL: Patrimônio Líquido

Este índice relaciona o exigível total (capitais de terceiros), com os fundos totais providos (capitais próprios e capitais de terceiros). Expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais. Significa a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros. Interpretação: quanto maior, pior.

$$\text{ÍNDICE DE CAPITAIS DE TERCEIROS SOBRE CAPITAIS PRÓPRIOS} = \frac{\text{ET}}{\text{PL}}$$

ET: Exigível total, PL: Patrimônio Líquido

Este índice é um dos mais utilizados para retratar o posicionamento das empresas com relação ao capital de terceiros. Nota: se este índice se mantiver consistente e acentuadamente maior que um (1) durante vários anos, isso denota uma dependência exagerada de recursos de terceiros. Interpretação: quanto maior, pior.

$$\text{ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO PRAZO SOBRE ENDIVIDAMENTO TOTAL} = \frac{\text{PC}}{\text{ET}}$$

PC: Passivo Circulante, ET: Exigível Total

O objetivo deste índice é avaliar o equilíbrio entre os recursos a curto prazo e a longo prazo. Nota: representa a composição do endividamento total ou qual a parcela que vence a curto prazo no endividamento total. Porém, cada empreendimento possui uma estrutura otimizante de composição de recursos e não existem, a rigor, regras fixas. É de relevância observar que o endividamento a curto prazo é desfavorável, prejudicando a liquidez corrente da empresa (situação financeira). Interpretação: quanto maior, pior.

$$\text{IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \frac{\text{AP}}{\text{PL}}$$

AP: Ativo Permanente, PL: Patrimônio Líquido

Tem por finalidade demonstrar que percentuais do Patrimônio líquido estão aplicados no ativo permanente. Nota: quanto mais a entidade investir no ativo permanente, menos recursos próprios sobrarão para o ativo circulante e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do ativo circulante. O ideal em termos financeiros é a entidade dispor de patrimônio líquido suficiente para cobrir o ativo permanente. Interpretação: Quanto menor, melhor.

$$\text{IMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NÃO CORRENTES} = \frac{\text{AP}}{\text{PL} + \text{ELP}}$$

AP: Ativo Permanente, PL: Patrimônio Líquido, ELP: Exigível Longo Prazo

Este índice mostra que percentual de recursos não correntes que a entidade aplicou no ativo permanente. Nota: este índice não deve, em regra, ser superior a 100%. Mesmo que a organização quase tenha necessidade de ativo circulante, deve sempre existir um pequeno excesso de recursos não correntes em relação às imobilizações destinado ao ativo circulante. A parcela de recursos não correntes destinada ao ativo circulante é denominada capital circulante líquido (CCL). Interpretação: Quanto menor, melhor.

$$\text{ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL} = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{AT}}$$

PC: Passivo Circulante, ELP: Exigível Longo Prazo, AT: Ativo Total

Endividamento Geral tem por objetivo avaliar se a entidade está operando com dívidas de terceiros em demasia e o risco do negócio. Interpretação: quanto maior o Endividamento Geral, maior o risco.

$$\text{CAPITALIZAÇÃO} = \frac{\text{PL}}{\text{AT} + \text{DD}}$$

PL: Patrimônio Líquido, AT: Ativo Total, DD: Duplicatas Descontadas

Capitalização é utilizada para avaliar se a entidade possui recursos próprios suficientes para sua segurança financeira. Um aumento neste índice é normalmente uma melhoria no desempenho da entidade. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$\text{ENDIVIDAMENTO A LONGO PRAZO} = \frac{\text{ELP}}{\text{AT} + \text{DD}}$$

ELP: Exigível Longo Prazo, AT: Ativo Total, DD: Duplicatas Descontadas

As dívidas a longo prazo geralmente custam bastante em termos de despesas financeiras. Este índice é usado para avaliar se tais dívidas não são excessivas. Interpretação: quanto maior o valor deste índice, pior, pois maior será o risco da entidade.

$$\text{ENDIVIDAMENTO A CURTO PRAZO} = \frac{\text{PC}}{\text{AT}}$$

PC: Passivo Circulante, AT: Ativo Total

As dívidas a curto prazo não são normalmente tão onerosas quanto as de longo prazo, mas elas têm um sério inconveniente. Como seu nome indica, precisam ser pagas a curto prazo e, portanto, nunca devem ser excessivamente elevadas. Interpretação: quanto maior, pior.

$$\text{FINANCIAMENTO DO IMOBILIZADO} = \frac{\text{ELP}}{\text{AI}}$$

ELP: Exigível Longo Prazo, AI: Ativo Imobilizado

Tem por objetivo avaliar o equilíbrio do financiamento do ativo imobilizado da entidade e a estrutura de financiamento dos seus planos de expansão.

Os Índices de Rentabilidade demonstram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e qual o grau de êxito econômico da entidade. Denominamos rentabilidade quando a relação for entre rendimento e capitais investidos na organização. Para avaliação de rendimento de uma organização cooperativa, os principais indicadores são: lucratividade, rentabilidade do capital próprio e retorno de investimentos. Portanto, passaremos aos aspectos econômicos na análise empresarial.

$$\text{GIRO DO ATIVO} = \frac{\text{VL}}{\text{AT}}$$

VL: Vendas Líquidas, AT: Ativo Total

Este índice mede o volume de vendas da entidade em relação ao capital total investido. O sucesso de uma organização cooperativa depende, em primeiro lugar, de um volume de vendas adequado, e este volume de vendas tem relação direta com o montante de investimentos. Quanto maior for o giro do ativo pelas vendas, maior deverá ser a taxa de lucro. Aconselha-se manter o ativo a um mínimo necessário, ou seja, ativos ociosos, grandes investimentos em estoques, elevados valores de duplicatas a receber, etc. prejudicam o "giro" do ativo e, conseqüentemente, a rentabilidade. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$\text{MARGEM LÍQUIDA} = \frac{\text{LL}}{\text{VL}}$$

LL: Lucro Líquido, VL: Vendas Líquidas

Este índice indica quanto a entidade obtém de lucro em relação a vendas líquidas. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$\text{RENTABILIDADE DO ATIVO} = \frac{\text{LL}}{\text{AT}}$$

(Também conhecida por taxa de retorno sobre investimentos)

LL: Lucro Líquido, AT: Ativo Total

Este índice mostra quanto a entidade obteve de lucro líquido em relação ao ativo. É uma medida do potencial de geração de lucro da parte da organização. Esta medida não é exatamente de rentabilidade, mas uma medida da capacidade da organização cooperativa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. Poderíamos dizer que mostra o poder de ganho da entidade. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$\text{RENTABILIDADE PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \frac{\text{LL}}{\text{PL}}$$

(Também conhecida por taxa de retorno sobre investimentos)

LL: Lucro Líquido, PL: Patrimônio Líquido

Em que:  $\text{PL} = \frac{\text{Patrimônio Líquido Inicial Corrigido} + \text{Patrimônio Líquido Final}}{2}$ . Em que:  $\text{Patrimônio Líquido Inicial Corrigido} = \frac{\text{Patrimônio Líquido Inicial}}{\text{inflação do período}}$ . Este índice visa a medir se o lucro auferido pela entidade é suficiente para remunerar o capital investido nela, se atrairia ou não novos investidores. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$\text{MARGEM BRUTA} = \frac{\text{LB}}{\text{VL}}$$

LB: Lucro Bruto, VL: Vendas Líquidas

Este índice indica quanto sobra à empresa para remunerar as despesas e os proprietários da empresa (Lucro Líquido). Interpretação: quanto maior, melhor.

$$\text{MARGEM OPERACIONAL} = \frac{\text{LO}}{\text{VL}}$$

LO: Lucro Operacional, VL: Vendas Líquidas

Este índice indica quanto a organização cooperativa ganha de lucro nas suas operações efetivamente, sem incluir despesas e receitas não operacionais. Interpretação: quanto maior, melhor.

Veja um exemplo prático de cálculo dos índices:

### Balanco Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
<b>AC</b>	<b>2.818.507,00</b>	<b>PC</b>	<b>2.417.335,00</b>
Disponível	32.786,00	Fornecedores	1.063.953,00
Créditos	2.395.511,00	Obrigações trabalhistas	859.462,00
(-) Duplicatas Descontadas	0,00	Impostos e Contr a Pagar	485.545,00
Estoques	390.210,00	Outras Obrigações	8.375,00
Despesas do Ex. Seguinte	0,00		
<b>ARLP</b>	<b>0,00</b>	<b>PELP</b>	<b>13.988.568,00</b>
		Debêntures	2.715.151,00
		Partes Relacionadas	11.273.417,00
		<b>REF</b>	<b>0,00</b>
<b>AP</b>	<b>20.906.368,00</b>	<b>PL</b>	<b>7.318.972,00</b>
Imobilizado	20.906.368,00	Capital Social	9.266.931,00
Investimento	0,00	Reserva de Capital	401.478,00
Diferido	0,00	Reserva de Reavaliação	7.702.066,00
(-) Depreciação	0,00	Prejuizos Acumulados	-10.051.503,00
(-) Amortização	0,00		
(-) Exaustão	0,00		
<b>TOTAL</b>	<b>23.724.875,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>23.724.875,00</b>

## Demonstrativo de Resultado de Exercício

<b>D R E</b>	
RECEITA BRUTA	12.021.505,00
(-) IMPOSTOS	-620.486,00
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>11.401.019,00</b>
(-) CMV	-10.170.344,00
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.230.675,00</b>
(-) DESPESAS	-1.610.761,00
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>-380.086,00</b>
IMPOSTO DE RENDA	165.815,00
DEPRECIACÃO	1.555.307,00
<b>LUCRO TRIBUTÁVEL</b>	<b>1.341.036,00</b>
(-) CSLL	
(-) IRPJ	
RECEITA COM DIVIDENDOS	221.705,00
<b>LUCRO LÍQUIDO FINAL</b>	<b>1.562.741,00</b>

## Quadro Corporativo de exercício

<b>QUADRO CORPORATIVO EXERCÍCIO</b>	
<b>LÍQUIDEZ</b>	
Imediata	0,01
Geral	0,17
Corrente	1,17
Seca	1,00
<b>ENDIVIDAMENTO</b>	
CT S/ CP	0,69
Garantia CP s/ Ct	0,45
Composição Endividamento	0,15
Imobilização do PL	2,86
Imobilização do Rec não correntes	0,98
Edividamento Geral	0,69
Capitalização	0,31
Edividamento LP	0,59
Endividamento a Curto Prazo	0,10
Financiamento Imobilizado	0,67
<b>RENTABILIDADE</b>	
Giro do Ativo	0,48
Margem líquida	0,14
Rentabilidade do Ativo	0,07
Rentabilidade do Patrimônio	0,21

## Resumo do Conteúdo

A partir do estudo desses índices, podemos concluir que existe uma diferença significativa entre a liquidez e a rentabilidade de uma cooperativa.

O primeiro conceito diz respeito à capacidade do ativo de se transformar em dinheiro, enquanto o segundo se refere ao percentual de remuneração que a entidade receberá de volta a partir do resultado positivo (sobras) apurado na DRE.

Já os índices de endividamento medem o tamanho da dívida da entidade cooperativa em comparação ao seu ativo.

Quanto maior a dívida, menor a capacidade de pagamento e menor o retorno dos resultados positivos para os associados.

### QUER SABER MAIS?

Segue a sugestão de vídeo sobre Gestão Financeira de Cooperativas:

[https://www.youtube.com/watch?v=KgyR5eGoI\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=KgyR5eGoI_Y)



## Exercício



**1.** Relacione a coluna da esquerda com a da direita, associando o tipo de fato:

**A. Fato Permutativo**

**B. Fato Modificativo**

**C. Fato Misto**

- ( ) Compra de veículo à vista
- ( ) Compra de veículos a prazo
- ( ) Pagamento de despesa com juros
- ( ) Venda de ativo permanente com lucro
- ( ) Pagamento de duplicata com desconto
- ( ) Pagamento de água, luz e telefone
- ( ) Venda de mercadorias a prazo
- ( ) Recebimento de duplicata com juros
- ( ) Venda de mercadorias à vista

**2.** De acordo com as contas de resultado e patrimoniais, relacione as colunas:

**A. Contas Patrimoniais Ativas**

**B. Contas de Resultado**

**C. Contas Patrimoniais Passivas**

- ( ) Receitas de produtos cooperativos
- ( ) Fornecedores
- ( ) ICMS a pagar
- ( ) Duplicatas a receber
- ( ) Despesas administrativas
- ( ) Apuração do Lucro líquido
- ( ) Entrada de valor (débito)
- ( ) Saída de valor (crédito)
- ( ) Imobilizados para produção
- ( ) Financiamentos a pagar para produção

**3.** De acordo com os índices financeiros, relacione as colunas:

**A. Índices de Liquidez**

**B. Índices de Endividamento**

- ( ) Medem a capacidade de pagamento da cooperativa.
- ( ) Medem a condição financeira da cooperativa.
- ( ) Avaliam os níveis de dívida da cooperativa.
- ( ) O capital de terceiros está maior que o capital próprio.
- ( ) O saldo de caixa está maior que o passivo circulante.
- ( ) Desequilíbrio entre os recursos a curto prazo e a longo prazo.
- ( ) Dependência da cooperativa com relação a capital de terceiros.

**4.** Relacione a coluna da esquerda com a da direita, associando o tipo de fato:

**A. Índices de Liquidez**

**B. Índices de Rentabilidade**

- ( ) Seca, Corrente, Geral e Imediata.
- ( ) Medem o retorno econômico da cooperativa.
- ( ) Evidenciam a Margem Operacional da entidade.
- ( ) Obtiveram lucro líquido (sobras) em relação ao ativo.
- ( ) São retornos positivos de capitais investidos.
- ( ) Medem as disponibilidades de caixa da cooperativa.
- ( ) Evidenciam a capacidade de pagamento de curto prazo.

**5.** Relacione as colunas de acordo com as demonstrações financeiras:

**A. Balanço Patrimonial**

**B. DRE**

**C. Balancete de verificação**

- ( ) Apresenta as receitas (ingressos) e as despesas (dispêndios).
- ( ) Apura todos os saldos de débitos e créditos.
- ( ) Demonstra os saldos patrimoniais da entidade cooperativa.
- ( ) Demonstra a apuração dos lucros (sobras) do exercício.
- ( ) Contém os ativos e passivos circulantes.
- ( ) Contém as contas de resultado como as vendas e impostos.
- ( ) Demonstra o total do patrimônio social da cooperativa.
- ( ) Demonstra o conjunto de bens, direitos e obrigações.
- ( ) Compreende as receitas (ingressos) e despesas (dispêndios).
- ( ) Demonstração financeira estática (estrutura da riqueza).
- ( ) Demonstração financeira dinâmica (variações da riqueza).
- ( ) Auxilia e relaciona os saldos das contas no livro diário.

# 6 CONCLUSÕES



## **Chegamos até aqui! E o que ficou de aprendizado do curso?**

Aprendemos que a gestão financeira é um conjunto de processos que permite que uma entidade possa controlar e planejar suas atividades. No caso das cooperativas, a gestão financeira está voltada para o melhor retorno de seus cooperados e para a redução de custos em suas atividades.

**Pudemos compreender também que o capital de terceiros e o capital próprio das cooperativas são as fontes de recurso que financiam os investimentos da entidade, e é por meio do Balanço Patrimonial que os gestores e cooperados poderão identificar seus valores e garantias.**

Outro aprendizado importante deste curso diz respeito a que, independentemente do ramo da cooperativa, os atos cooperativos sempre estarão ligados com a atividade principal dos associados e da entidade. Já os atos não cooperativos também são permitidos, contudo esses não estarão relacionados com a atividade principal da cooperativa e de seus associados.

Em relação à importância da separação dos custos e despesas, aprendemos que cada um desses gastos tem uma finalidade diferente. Os custos podem ser reduzidos, desde que o produto ou serviço não perca a sua qualidade. Já as despesas, dependendo da circunstância, podem ser reduzidas sem prejudicar a atividade fim da cooperativa. Já os gastos com investimentos sempre serão necessários para ampliar a atividade da entidade ou garantir maiores retornos futuros.

Por fim, no caso dos índices financeiros e econômicos, aprendemos que existe uma diferença significativa entre a liquidez e a rentabilidade de uma cooperativa.

**O primeiro conceito diz respeito à capacidade do ativo de se transformar em dinheiro, enquanto o segundo se refere ao percentual de remuneração que a entidade receberá de volta a partir do resultado (sobras) apurado na DRE.**

**Já os índices de endividamento medem o tamanho da dívida da entidade cooperativa em comparação ao seu ativo.**

**Quanto maior a dívida, menor a capacidade de pagamento e menor o retorno dos resultados positivos para os associados.**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OCB/SESCOOP. *Manual Contábil para cooperativas de transporte de cargas e de passageiros. Série Gestão Cooperativa, Brasília.*

OCB/SESCOOP. *Manual Tributário para cooperativas de transporte de cargas e de passageiros. Série Gestão Cooperativa, Brasília.*

FIPECAFI, *Manual de contabilidade das sociedades por ações. 7ª Ed. São Paulo: Atlas*

FRANCO, Hilário. *Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços. 15 a ed. São Paulo: Atlas*

MARION, José Carlos. *Estrutura das Demonstrações Contábeis. 5 a ed. São Paulo: Atlas*

MARION, José Carlos. *Contabilidade Básica. 8ª Ed. São Paulo: Atlas*

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial 13ª Ed. São Paulo: Atlas.*